

PC-GO

Polícia Civil de Goiás

Noções de Direito Constitucional

SUMÁRIO

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....	6
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	6
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	6
CONSTITUIÇÃO:	12
Conceito e Histórico	12
Classificação	13
Elementos	15
PODER CONSTITUINTE	16
■ APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	19
NORMAS DE EFICÁCIA PLENA, CONTIDA E LIMITADA	19
NORMAS PROGRAMÁTICAS	21
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	21
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	21
Remédios Constitucionais	45
DIREITOS SOCIAIS.....	51
DIREITOS DE NACIONALIDADE	63
DIREITOS POLÍTICOS	68
PARTIDOS POLÍTICOS.....	73
■ ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO	79
ESTADO FEDERAL BRASILEIRO, UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL, MUNICÍPIOS E TERRITÓRIOS.....	79
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	96
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	96
SERVIDORES PÚBLICOS	114
■ DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	121
PODER EXECUTIVO	121
Atribuições e Responsabilidades do Presidente da República	122
PODER LEGISLATIVO	126

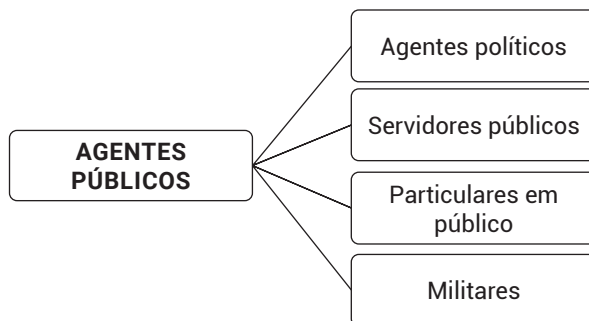
Estrutura	126
Funcionamento e Atribuições.....	128
Processo Legislativo.....	131
PODER JUDICIÁRIO	136
Disposições Gerais.....	136
ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO	137
■ FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	148
■ DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	152
SEGURANÇA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	152
■ ORDEM SOCIAL	154
BASE E OBJETIVOS DA ORDEM SOCIAL	154
SEGURIDADE SOCIAL.....	155
MEIO AMBIENTE.....	161
FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO	162
ÍNDIO.....	164
■ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	164
POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	164
Ano de Implementação: 2009.....	165
A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E OS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS.....	168
■ SÚMULAS, JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E LEGISLAÇÃO RELACIONADA COM OS TEMAS	171

Já se o **cargo é de vereador**, é necessário saber se há ou não compatibilidade de horário. **Se houver compatibilidade de horários**, ele **não precisa se afastar**, podendo exercer as duas atividades ao mesmo tempo, recebendo pelos dois. **Se não houver compatibilidade**, aplica-se a mesma regra do prefeito, ou seja, será **afastado para dedicação exclusiva do cargo, podendo escolher entre a remuneração do cargo público ou do cargo eletivo**.

SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL		
Eleito para cargo federal, estadual ou distrital	Eleito para cargo municipal	
	Prefeito	Vereador
Afastamento do cargo público e remuneração do cargo eletivo	Afastamento do cargo e opção entre a remuneração eletiva ou do cargo	<ul style="list-style-type: none"> ● Com compatibilidade de horário: não se afasta do cargo ● Sem compatibilidade de horário: aplica-se a mesma regra do prefeito

Para que a Administração Pública possa desempenhar suas atividades, ela necessita de pessoas que exerçam as atribuições dos órgãos públicos, ou seja, de agentes públicos. A expressão **agente público** é utilizada como gênero, designando toda e qualquer pessoa que exerça uma função pública, quer de forma remunerada ou gratuita, quer de natureza política ou administrativa, quer com investidura definitiva ou transitória.

Os agentes públicos dividem-se em quatro categorias, quais sejam:



Os **agentes políticos** são aqueles que exercem as típicas atividades de **governo**, ou seja, são responsáveis por fixar as metas e diretrizes políticas do Estado, tais como os chefes do Poder Executivo (Presidente, Governador e Prefeito e seus vices) e seus auxiliares diretos (Ministros e Secretários) e os membros do Poder Legislativo (Senadores, Deputados federais, Deputados estaduais e Vereadores).

Os **particulares em colaboração com o Poder Público** são aqueles que prestam serviços ao Estado, porém sem vínculo estatutário ou celetista de trabalho, podendo ou não ter remuneração. Exemplo: jurados, mesários, notários e registradores (serviços notariais).

Os **servidores públicos civis** dividem-se em:

- **Servidores públicos estatutários:** exercem cargo público (vitalício, efetivo ou comissionado) e estão vinculados a um estatuto;